



19) Quesitos – Estado de necessidade

____.º Tribunal do Júri da Comarca ____.

Processo n.º ____

Autor: Ministério Público¹

Réu: “L”

QUESTIONÁRIO

1. O réu “L”, qualificado a fls. ____, no dia ____, às ____ horas, no interior do edifício ____, situado na Praça ____, nesta Comarca, desferiu golpes com um pedaço de pau em “J”, causando-lhe as lesões descritas no laudo necroscópico de fls. __?

2. Essas lesões deram causa à morte da vítima?

3. O réu defendeu sua própria pessoa?²

4. O réu e a vítima estavam envolvidos em situação de perigo atual, consistente em um incêndio que ocorria no local, obrigando à fuga imediata?

5. O réu provocou por sua vontade essa situação de perigo?

6. O réu poderia, de outro modo, evitar a situação de perigo?

7. O réu tinha o dever legal de enfrentar o perigo?

8. Era razoável exigir-se do réu o sacrifício da própria vida para salvar a da vítima?

9. O réu excedeu-se culposamente?³

10. O réu excedeu-se dolosamente?⁴

11. Existem atenuantes em favor do réu?

¹ Embora constitua praxe forense a utilização da expressão “Justiça Pública”, em verdade, ela inexistente. Quem promove a ação penal é o Ministério Público. Quem aplica a lei ao caso concreto, realizando justiça é o Poder Judiciário. Logo, não há “Justiça Pública” como sinônimo de órgão acusatório.

² Jurados julgam fatos. Por isso, a tese do estado de necessidade precisa ser desmembrada em vários quesitos.

³ Os dois quesitos sobre o excesso são obrigatórios em qualquer excludente de ilicitude. Entendemos que, primeiro, deve ser indagado sobre o excesso culposo, mais favorável à defesa.

⁴ Negada a razoabilidade do sacrifício do bem, mas também negados os excessos culposos e dolosos, o réu deve ser absolvido por excesso acidental. Ver a nota 330 ao art. 484 do nosso *Código de Processo Penal comentado*.